

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/38641	40627/2025	Insalubridade
Unidade Administrativa		
DF - DFG - DIVISÃO		
Propósito		
Expediente Geral \ DF - Despacho (sem notificação)		
Órgão/Cargo que resolve		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Proposta de notificação ao/à proprietário/a para proceder à limpeza de terreno

Local: Rua Celestino Lodo, ao lado da vivenda nº 17 - Gualtar

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Face à informação prestada pelo agente fiscalizador, que em deslocação ao local, a 14/11/2025, constatou que o terreno identificado no processo se encontra com vegetação suscetível de afetar a salubridade ou provocar risco de incêndio, em violação do disposto no artigo C-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), pelo que, foi elaborada a respetiva Participação (PI-972-2025), de modo a que o Departamento Jurídico instaure o competente processo contraordenacional.

Face ao exposto, propõe-se superiormente que seja efetuada a notificação do proprietário, identificado no processo, de que:

- Para, no prazo de quinze (15) dias úteis, proceder à limpeza do mesmo, tendo em conta a violação do disposto no artigo C-1/26.º do CRMB; e
- Informando, ainda, que dispõe do prazo de dez (10) dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal projeto de decisão, bem como requerer diligências complementares e/ou juntar elementos que considere relevantes, em sede de direito à audiência prévia dos interessados, conforme o disposto no artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo.



Findo o prazo de audiência prévia sem que se pronuncie:

- Presume-se a aceitação do presente projeto de decisão, transformando-se este automaticamente em decisão final;
- Dispõe do prazo de quinze (15) dias úteis para proceder voluntariamente à realização dos trabalhos de limpeza do terreno.

Decorrido o prazo sem que tenha sido dado cumprimento aos termos da presente notificação, o Município procederá coercivamente à limpeza do terreno, imputando posteriormente os custos havidos com tal operação ao/à proprietário/a (conforme o disposto no artigo C-1/26.º do CRMB).

Mais se propõe que seja dado conhecimento ao/à denunciante das diligências em curso.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

